

O QUINTO CONSTITUCIONAL COMO EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO: Uma Avaliação do Ponto de Vista Legal e Moral.

THE FIFTH CONSTITUTIONAL EXCEPTION TO THE PRINCIPLE OF PUBLIC TENDER: An Assessment from the Legal and Moral Point of View.

LA QUINTA EXCEPCIÓN CONSTITUCIONAL COMO EXCEPCIÓN PRINCIPIO DE LICITACIÓN PÚBLICA: Una valoración desde el punto de vista jurídico y moral.

**Autores: Laura Maciel¹
Paula de Lima Soares Varela²
Silvana Maria Barbosa da Silva Costa³**

Resumo

O tema deste artigo é o Quinto Constitucional como exceção ao princípio do concurso público. Investigou-se o seguinte problema: “o quinto constitucional é uma forma legítima de ingresso à magistratura no Brasil?”. Cogitou-se a seguinte hipótese “Sim, este tipo de escolha permite considerar este processo mais dinâmico”. O objetivo geral é “divulgar a compreensão sobre a formação do quinto constitucional, ampliando com isso a visão do estudante e jovem operador do direito sobre a importância de fazer parte da construção de um poder judiciário capaz de diversificar sua composição”. Como objetivo específico tem-se: “Avaliar a discussão na literatura sobre Quinto constitucional; Feitura de banners e material educativo a fim de divulgar a importância do tema à comunidade acadêmica.” Este trabalho é importante em uma perspectiva individual devido a intenção de compartilhar e de facilitar esta percepção para o jovem egresso e ao estudante de Direito de que é possível acatar as transformações de comportamentos sociais que acontecem e que podem ter reflexo no mundo jurídico Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.

Palavras-chave: Quinto Constitucional. Magistratura. Concurso Público. Comportamentos sociais.

Resumen

*El objeto de este artículo es el Quinto Constitucional como excepción al principio de licitación pública. Se investigó el siguiente problema: ¿es el quinto constitucional una forma legítima de admisión a la magistratura en Brasil? Se consideró la siguiente hipótesis “Sí, este tipo de elección permite considerar el proceso dinámico”. El objetivo general es “difundir la comprensión de la formación del quinto constitucional, ampliando así la visión del estudiante y joven jurista sobre la importancia de ser parte de la construcción de un poder judicial capaz de diversificar su composición”. El objetivo específico es: “Evaluar la discusión en la literatura sobre Constitucional Quinta; Realización de pancartas y material educativo con el fin de dar a conocer la importancia del tema a la comunidad académica”. Este trabajo es importante desde una perspectiva individual por la intención de compartir y facilitar esta percepción al joven egresado y al estudiante de derecho de que es posible aceptar los cambios en el comportamiento social que suceden y que pueden tener un impacto en el mundo jurídico de una investigación teórica cualitativa de seis meses de duración. **Palabras clave:** Quinta Constitucional. Magistratura. Tierno. Comportamientos sociales.*

Sobre os autores:

1. Bacharela em Direito, Egressa do Curso de Direito do UniProcessus.
2. Doutora em Psicologia. Graduada em Direito. Docente do UniProcessus.
3. Mestre em Transportes. Graduada em Engenharia de Transportes. Docente do UniProcessus.

Abstract

The subject of this article is the Fifth Constitutional as an exception to the principle of public tender. The following problem was investigated: is the fifth constitutional a legitimate form of admission to the magistracy in Brazil? The following hypothesis was considered “Yes, this type of choice allows considering the dynamic process”. The general objective is “to spread the understanding of the formation of the constitutional fifth, thereby broadening the view of the student and young legal practitioner on the importance of being part of the construction of a judiciary power capable of diversifying its composition”. The specific objective is: “Assessing the discussion in the literature on Constitutional Fifth; Making banners and educational material in order to publicize the importance of the topic to the academic community.” This work is important from an individual perspective due to the intention of sharing and facilitating this perception for the young graduate and the law student that it is possible to accept the changes in social behavior that happen and that may have an impact on the legal world. of a qualitative theoretical research lasting six months.

Key words: Fifth Constitutional. Magistracy. Public tender. Social behaviors.

Principais Referências

ALOCHIO, Luiz Henrique. **85 anos do Quinto Constitucional (1934-2019) e os Sistemas de Recrutamento de Magistrados no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: PLUS, 2019.

BIANECK, William. A porta dos fundos do judiciário: o quinto constitucional e o nepotismo. **Revista NEP**, Curitiba, v3, n.1, p.112-123, maio 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52561/32306>. Acesso em 13/5/2021.

DINIZ, Carlos. O papel do quinto constitucional na renovação do Judiciário. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigDiniz,2005os/850-o-papel-do-quinto-constitucional-na-renovac-o-do-judici-rio-09310025208918401> Acesso em 13/5/2021

FERNANDES, Fernando. **Longe de ser diminuído ou extirpado, o quinto constitucional deve ser celebrado**. Consultor Jurídico, 2018. Disponível no link: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-19/fernando-fernandes-quinto-constitucional-celebrado>. Acesso em 04/05/2021.

MARTINS, Francisco Peçanha. Quinto constitucional e a renovação do poder judiciário. **Revista de Direito Renovar**, Rio de Janeiro, ano 33, n. 33, p. 1-8, set./dez. 2005